

MAPFRE Capitalização S.A.

CNPJ: 09.382.998/0001-00



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referentes às atividades da MAPFRE Capitalização S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da data de sua publicação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante		104.730	124.411	Circulante		128.627	111.908
Disponível		426	488	Contas a pagar		5.029	4.327
Caixa e bancos		426	488	Obrigações a pagar	8	4.559	3.236
Aplicações	5	97.266	110.823	Impostos e encargos sociais a recolher		21	135
Créditos das operações de capitalização		3.666	8.842	Encargos trabalhistas		53	654
Créditos das operações de capitalização	6	3.666	8.842	Impostos e contribuições	9	396	302
Títulos e créditos a receber		3.308	4.187	Depósitos de terceiros		415	285
Títulos e créditos a receber		933	788	Provisões técnicas - capitalização	10	123.183	107.296
Créditos tributários e previdenciários	7	1.693	3.018	Provisão para resgates		107.714	92.555
Depósitos judiciais e fiscais		20	20	Provisão para sorteio		15.245	14.545
Outros créditos		662	361	Provisão para distribuição de bônus		79	69
Outros valores e bens	54	66	66	Outras provisões		145	127
Outros valores		54	66	Não Circulante		8	1
Despesas antecipadas	10	5	5	Outros débitos		8	1
Ativo não circulante	48.431	8.501	8.501	Provisões judiciais	12	8	1
Realizável a longo prazo	5	47.927	7.978	Patrimônio líquido	13	24.526	21.003
Ativos não realizáveis a longo prazo		47.927	7.978	Capital social		12.000	12.000
Títulos e créditos a receber		346	315	Reservas de Lucros		11.303	9.003
Créditos tributários e previdenciários	7	346	315	Ajuste de avaliação patrimonial		1.223	-
Imobilizado	333	335	335	Total do passivo e do patrimônio líquido	153.161	132.912	
Bens móveis		333	335				
Intangível	171	188	188				
Outros intangíveis		171	188				
Total do ativo	153.161	132.912					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

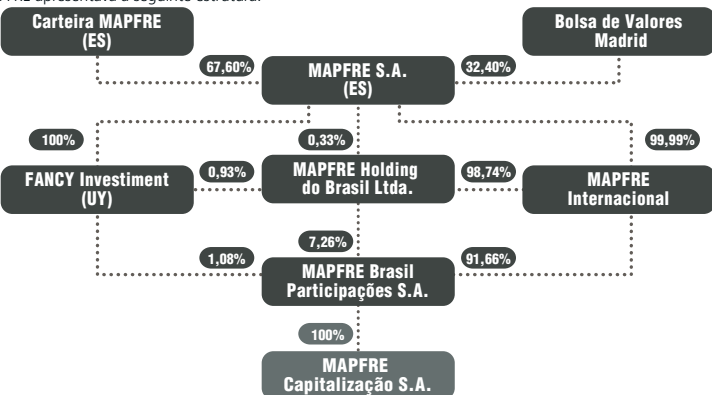
	Capital social	Reserva Investimento	Reserva Legal	Reservas de Lucros e Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017						
Lucro líquido do exercício					4.633	4.633
Distribuição do resultado:						
Reserva legal			174		(174)	-
Reserva de investimento		3.301			(3.301)	-
Dividendos propostos					(1.158)	(1.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.000	7.352	1.651			21.003
Títulos e valores mobiliários				1.223		1.223
Lucro líquido do exercício					3.017	3.017
Distribuição do resultado:						
Reserva legal						
Reserva de investimento			151		(151)	-
Dividendos propostos		2.149			(2.149)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.000	9.501	1.802	1.223		24.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante designada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, São Paulo, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos perfeitamente determinados em planos de capitalização aprovados pela SUSEP, a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em São Paulo, Brasil. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em conjunto aos pronunciamentos e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2019. **b) Comparabilidade:** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia ajustou para fins de comparabilidade os valores apresentados anteriormente nas Notas Explicativas e Demonstração do fluxo de caixa. **c) Provisões judiciais:** Nota 16 - Partes relacionadas; **d) Demonstração do fluxo de caixa as linhas de:** Variações das provisões técnicas, Provisões técnicas de capitalização e Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio. **e) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Companhia é o Real. **f) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **g) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões, com relação a estimativas contábeis, são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em outros exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. **h) Notas 3b e 5 - Aplicações financeiras;** **Notas 3f e 11 - Provisões técnicas;** **Notas 3g e 4 - Provisões judiciais e contingentes;** **Notas 5 - Imposto de renda e contribuição social.** **i) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir do 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC, por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitido em 21 de dezembro de 2018. A Administração concluiu que, suas atividades são predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2017 e 2018, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 38) até a data efetiva do IFRS 17. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Caixa e bancos: Inclui caixa e saldos em conta movimento sem vencimento, utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo. **b) Aplicações financeiras:** A Companhia classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;* *ii. Ativos financeiros disponíveis para venda* e *iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento.* *iv. Determinação do valor justo, a classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.* **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. *ii. Ativos disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e mudanças, que não sejam perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iii. Ativos mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iv. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota 5d. **d) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a redução no perda de valor é revertida e registrada no resultado. A perda de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida integralmente. *ii. Reconhecimento de uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo líquido para o resultado:* A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *iii. Ativos não financeiros:* Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. *iv. Reconhecimento de uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável:* que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, reduzido por depreciação acumulada do ativo, até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são contabilizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A MAPFRE Capitalização S.A. tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos perfeitamente determinados em planos de capitalização aprovados pela SUSEP, a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização.

Distribuição de dividendos

Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Capitalização S.A., uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da Administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Declaração da capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 6,7 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2018	2017
(+) Receita líquida com títulos de capitalização		141.343	54.242
(+) Atribuição com títulos de capitalização	14a	169.750	203.845
(+/-) Variação da provisão para resgates	11	(128.407)	(149.653)
(-) Variação das provisões técnicas		863	(1.024)
(-) Custos com sorteio	11	(22.532)	(32.278)
(+) Resultado de aquisição	14b	(3.296)	(3.361)
(+) Outras receitas e despesas operacionais		59	(181)
(+) Outras receitas operacionais		281	358
(-) Outras despesas operacionais		(222)	(539)
(-) Despesas administrativas	14c	(11.366)	(12.958)
(+) Pessoal próprio		(6.647)	(6.216)
(+) Serviços de terceiros		(2.539)	(4.303)
(+) Localização e funcionamento		(1.255)	(1.224)
(+) Publicidade e propaganda		(48)	(23)
(+) Publicações		(94)	(90)
(+) Donativos e contribuições		(132)	(24)
(+) Despesas administrativas diversas		(551)	(1.078)
(-) Despesas com tributos	14d	(1.944)	(2.142)
(+) Resultado financeiro	14e	3.705	5.966
(+) Receitas financeiras		9.233	10.979
(-) Despesas financeiras		(5.528)	(5.013)
(=) Resultado operacional		6.832	9.164
(=) Resultado antes dos impostos e participações		6.832	9.164
(-) Caixa líquido do exercício	15a	(1.457)	(2.127)
(-) Contribuição social	15a	(1.148)	(7.06)
(-) Participações sobre o lucro		(2.120)	(688)
(=) Lucro líquido		3.017	4.633
(/) Quantidade de ações		12.000.000	12.000.000
(=) Lucro líquido por ação		0,25	0,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	3.017	4.633
Outros resultados abrangentes	1.223	-
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	1.223	-
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	4.240	4.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	3.017	4.633
Ajustes para:	4.010	(2.054)
Depreciação e amortizações	341	262
Variações das provisões técnicas	3.669	(2.316)
Variação nas contas patrimoniais:	(3.024)	1.601
Aplicações	(26.361)	(30.288)
Créditos das operações de capitalização	5.176	(3.180)
Créditos tributários e previdenciários	1.294	(981)
Despesas antecipadas	(5)	5
Outros ativos	(434)	(637)
Depósitos judiciais e fiscais	-	(20)
Impostos e contribuições	2.679	3.950
Obrigações a pagar	1.764	665
Depósitos de terceiros	130	123
Provisões técnicas de capitalização	12.218	31.671
Provisões judiciais	5.176	1.161
Outros passivos	(715)	292
Ajuste a valor justo - Títulos disponíveis para venda	1.223	-
Caixa gerado pelas operações	4.003	4.180
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(1.440)	(2.060)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(1.145)	(1.643)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.418	477
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(322)	(193)
Pagamento pela compra:	(135)	(58)
Intangível	(187)	(135)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(322)	(193)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.158)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(1.158)	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(62)	284
Caixa no início do exercício	1.457	204
Caixa no final do exercício	426	488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do Sistema de Controles Internos, à luz da regulamentação vigente; avaliar a qualidade do Sistema de Controles Auditórios independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de Estratégia Financeira:** constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de Riscos e Compliance:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção,

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **MAPFRE Capitalização S.A.** São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Fernando Antônio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 15P252419/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Capitalização S.A.** São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise de solvência estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise de solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação

dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise de solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Capitalização S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise de solvência acima referidos da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, que aqueles encaixados à SUSEP por meio do FIP (exclusivamente dos quesitos concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBR 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I
MAPFRE Capitalização S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	2018
Total de provisões técnicas	123.183
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	3.957
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	10.800
3. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	24.987
Exigência de Capital (CMR) (b)	10.800
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	14.187
Ativos garantidores (d)	144.847
Total a ser coberto (e)	123.183
Suficiência/ (Insuficiência) dos ativos garantidores (f = d - e)	21.664
Ativos líquidos (g)	21.664
Capital de Risco (CR) (h)	3.957
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	547%

(*) O Índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

DIRETORIA	CONTADORA	ATUÁRIA
FRANCISCO EGÚENIO LABOURT RAPHAEL DE LUCA JÚNIOR	DANIELE GOMES YOSHIDA CRC 15P 255783/O-1	VERA LÚCIA FERNANDES LOPES MIBA 817
MAURÍCIO GALIAN RENATO FERNANDES	MIGUEL GÓMEZ BERMUDEZ	

MAPFRE Previdência S.A.

CNPJ 04.046.576/0001-40



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer dos Atuários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes às atividades da MAPFRE Previdência S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da data de sua publicação.

A MAPFRE Previdência S.A. atua no segmento de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência no território nacional, e participa no DPVAT através do convênio da Seguradora Líder.

Prejuízo
A Seguradora apresentou prejuízo de R\$ 20,1 milhões (R\$ 3,3 milhões em 2017) substancialmente atrelado a redução das rendas de contribuições e prêmios dos produtos de previdência e ao aumento da despesa de comercialização atrelada ao crescimento do faturamento dos produtos de seguros, quando a parcela de comercialização é maior no início do plano de pagamento ao corretor.

Daremos continuidade a estratégia de valorizar e entender as demandas dos clientes; estimular e promover a inovação; atuar de maneira sustentável, integrando as questões ambientais, sociais e de governança ao negócio; valorizar e reconhecer o trabalho e a dedicação dos colaboradores, focando sempre na busca permanente por eficiência operacional. Estes princípios nortearão a Seguradora em 2019, sempre em busca por crescimento e por incrementos em seus resultados.

Distribuição de dividendos
Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Previdência S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da Administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de

Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Declaração de capacidade financeira
Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e segurados pela confiança e apoio, e, em especial, aos nossos colaboradores, pela contribuição e determinação dedicadas.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018 (reapresentado)	31/12/2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Ativo Circulante		3.170.400	3.344.563	3.314.107
Disponível	5	609	1.974	5.817
Caixa e bancos		609	1.974	5.817
Aplicações	6	3.098.700	3.281.780	3.259.600
Créditos das operações com seguros e resseguros		818	135	-
Operações com resseguradoras		818	135	-
Créditos das operações com previdência complementar		945	2.158	885
Valores a receber		426	413	366
Operações com repasses - Resseguradoras		519	1.745	519
Outros créditos operacionais	7	2.056	4.514	2.422
Ativo de resseguro e retrocessão		2.759	-	-
Títulos e créditos a receber		9.051	6.295	8.910
Títulos e créditos a receber	8	3.618	1.244	5.297
Créditos tributários e previdenciários		3.344	3.085	2.040
Depósitos judiciais e fiscais		1.306	1.307	806
Outros créditos		783	659	767
Outros valores e bens		74	54	42
Outros valores		74	54	42
Despesas antecipadas		31	14	17
Custos de aquisição diferidos		55.357	47.639	36.414
Seguros	14	51.363	33.950	23.055
Previdência	14	3.994	13.689	13.359
Ativo não circulante		380.302	279.316	274.579
Realizável a longo prazo		379.211	277.667	272.772
Aplicações	6	356.612	256.601	255.514
Títulos e créditos a receber		22.599	21.066	17.258
Títulos e créditos a receber	8	22.599	18.782	16.778
Créditos tributários e previdenciários		-	2.284	480
Investimentos	229	205	214	214
Participações societárias	9	722	1.150	781
Imobilizado		722	1.150	781
Bens móveis		653	1.081	713
Outras imobilizações		69	68	68
Intangível		140	294	812
Outros intangíveis		140	294	812
Total do ativo		3.550.702	3.623.879	3.588.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2018 (reapresentado)	31/12/2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Passivo Circulante		484.091	469.955	441.298
Contas a pagar		7.613	12.087	11.432
Obrigações a pagar	10	4.055	5.922	4.957
Impostos e encargos sociais a recolher		1.883	5.746	4.665
Encargos trabalhistas	11	1.512	205	1.492
Impostos e contribuições		163	214	221
Outras contas a pagar		-	-	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	12	4.484	3.053	2.520
Operações com resseguradoras		3.852	2.774	1.031
Corretores de seguros e resseguros		603	250	199
Outros débitos operacionais		29	29	1.290
Débitos de operações com previdência complementar	13	6.572	14.984	13.878
Contribuições a restituir		462	434	377
Operações de repasses		4.422	1.855	-
Outros débitos operacionais	17	1.688	12.695	13.501
Depósitos de terceiros	14	18.716	1.966	209.518
Provisões técnicas - seguros		236.319	226.328	209.518
Danos - DPVAT		86.973	74.865	69.362
Vida com cobertura por sobrevivência		149.346	151.463	140.156
Provisões técnicas - previdência complementar	14	210.387	215.519	203.933
Planos não bloqueados		22.949	20.161	20.549
PGBL		187.438	191.358	183.384
Outros débitos		50	18	17
Provisões judiciais		-	18	17
Patrimônio líquido		2.958.003	3.060.184	3.050.333
Não circulante	18	315	401	666
Contas a pagar		315	401	666
Tributos diferidos		315	401	666
Provisões técnicas - seguros	14	1.234.618	1.301.076	1.295.725
Vida com cobertura por sobrevivência		1.234.618	1.301.076	1.295.725
Provisões técnicas - previdência complementar	14	1.723.020	1.758.707	1.753.942
Planos não bloqueados		183.268	171.636	183.334
PGBL		1.539.752	1.587.071	1.570.608
Outros débitos		50	-	-
Provisões judiciais		-	-	-
Patrimônio líquido	19	108.608	93.740	97.055
Capital social		81.273	81.273	81.273
Aumento de capital (em aprovação)		35.000	-	-
Reservas de lucros		-	12.467	15.782
Prejuízo acumulado		(7.665)	-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.550.702	3.623.879	3.588.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva estatutária	Reserva legal		
Saldos em 1º de janeiro de 2017	81.273	-	14.988	794	97.055	154.888
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)
Reservas de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	(3.315)	-	3.315	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	81.273	-	11.673	794	93.740	197.480
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(20.132)	(20.132)
Reservas de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	(11.673)	(794)	12.467	-
Aumento de capital AGE 28 de dezembro de 2018	-	35.000	-	-	-	35.000
Saldos em 31 de dezembro de 2018	81.273	35.000	-	-	(7.665)	108.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Previdência S.A. (doravante denominada por "Seguradora"), é uma sociedade de capital fechado e tem como objeto social operarem atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência no território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas s/n, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40. A Seguradora integra o GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas no Brasil e no Exterior, com sede em Madrid, Espanha. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:

